

01 Q650571 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: CESPE ^{BETA} Órgão: PC-PE Prova: Delegado de Polícia

Com relação ao controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- a) Como atos *interna corporis*, as decisões normativas dos tribunais, estejam elas sob a forma de resoluções administrativas ou de portarias, não são passíveis do controle de constitucionalidade concentrado.
- b) Se o governador de um estado da Federação ajuizar ADI contra lei editada por outro estado, a ação não deverá ser conhecida pelo STF, pois governadores de estado somente dispõem de competência para ajuizar ações contra leis e atos normativos federais e de seu próprio estado.
- c) A ADPF pode ser proposta pelos mesmos legitimados ativos da ADI genérica e da ADC, além do juiz singular quando, na dúvida sobre a constitucionalidade de uma lei, este suscita o incidente de arguição de inconstitucionalidade perante o STF.
- d) Se a câmara de vereadores de um município entender que o prefeito local pratica atos que lesam princípios ou direitos fundamentais, ela poderá propor uma ADPF junto ao STF visando reprimir e fazer cessar as condutas da autoridade municipal.
- e) São legitimados universais para propor ADI, não se sujeitando ao exame da pertinência temática, o presidente da República, as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, o procurador-geral da República, partido político com representação no Congresso Nacional e o Conselho Federal da OAB.

02 Q644256 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: MPE-GO Órgão: MPE-GO Prova: Promotor de Justiça

A respeito do controle difuso de constitucionalidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) Por meio do controle difuso de constitucionalidade é possível aferir a compatibilidade de direito pré-constitucional para com a Constituição Federal de 1988, o que não se mostra possível em sede de controle concentrado, a menos que o instrumento processual seja a Ação de descumprimento de preceito fundamental.
- b) É viável o controle difuso de constitucionalidade sobre lei ou ato normativo municipal que contraria a Constituição da República.
- c) É cabível, no sistema brasileiro, o controle difuso de constitucionalidade sobre normas constitucionais originárias, resultantes da Assembleia Nacional Constituinte de 1988.
- d) Membros do Ministério Público que atuem em processo judicial possuem legitimidade para pleitear, incidentalmente, declaração difusa de inconstitucionalidade.

03 Q644260 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: MPE-GO Órgão: MPE-GO Prova: Promotor de Justiça

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Ocorre a inconstitucionalidade progressiva quando o Supremo Tribunal Federal profere decisão no sentido de que a lei atacada, apesar de ser inconstitucional, possa ser mantida no ordenamento jurídico até que uma condição estabelecida pelo próprio Tribunal seja cumprida. Uma vez cumprida a condição, a lei, então passa a padecer do vício de inconstitucionalidade.
- b) O sistema jurídico brasileiro não contempla a figura da constitucionalidade superveniente, exceto se houver taxativa previsão constitucional.
- c) É possível o controle difuso de constitucionalidade sobre Lei ou ato normativo municipal que contrarie a Constituição Federal.
- d) Quando o parâmetro de controle for a Constituição Estadual, a decisão do Tribunal de Justiça será irrecorrível, ainda que se trate de norma de reprodução obrigatória da Constituição Federal.

04 Q643985 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: CONSULPLAN Órgão: TJ-MG Prova: Titular de Serviços de
Notas e de Registros

Quanto ao sistema de controle de constitucionalidade das leis, em face da orientação da Constituição da República brasileira, é correto afirmar:

- a) Ao Tribunal de Justiça é defeso declarar a inconstitucionalidade de lei federal.
- b) Ao Supremo Tribunal Federal cabe conhecer e julgar ADI contra lei federal, estadual e municipal.
- c) Ao Superior Tribunal de Justiça compete a homologação de sentença estrangeira que não contrarie as normas de ordem pública e a soberania nacional.
- d) Aos Juízes de Direito em estágio probatório, é defeso exercer o controle de constitucionalidade.

05 Q642915 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: Prefeitura de Fortaleza - CE Órgão: Prefeitura de Fortaleza - CE Prova: Analista de
Planejamento e Gestão

No tocante ao efeito vinculante nas decisões de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, é correto afirmar que:

- a) não existe impeditivo constitucional para que o Poder Legislativo edite nova lei com idêntico conteúdo normativo ao do texto objeto da ação direta de inconstitucionalidade.
- b) o Supremo Tribunal Federal está vinculado às suas próprias decisões em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) o Poder Legislativo não pode elaborar lei de conteúdo idêntico ao do texto objeto da ação direta de inconstitucionalidade.
- d) o efeito *erga omnes* e vinculante das decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade não alcança o Poder Executivo.

06 Q640758 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: Prefeitura de Campinas - SP Prova: Procurador

O art. 10 da Lei nº 10.259/01, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, estabeleceu que "as partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não". Em sede de ação direta de inconstitucionalidade – ADI tendo por objeto referido dispositivo, entendeu o Supremo Tribunal Federal – STF, à luz do princípio constitucional da ampla defesa, pela necessidade de, em ações criminais, o acusado se fazer acompanhar de "profissional habilitado a oferecer-lhe defesa técnica de qualidade, ou seja, de advogado devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil ou defensor público", decidindo, ao final, "excluir do âmbito de incidência do art. 10 da Lei nº 10.259/2001 os feitos de competência dos juizados especiais criminais da Justiça Federal".

Nesse caso, o STF procedeu à

- a) interpretação conforme à Constituição.
- b) declaração parcial de inconstitucionalidade com redução de texto.
- c) declaração de constitucionalidade com redução de texto.
- d) correção funcional.
- e) pronúncia de nulidade.

07 Q633879 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: FGV Órgão: MPE-RJ Prova: Técnico do Ministério
Público – Área Administrativa

De acordo com o art. 97 da Constituição da República Federativa do Brasil, "somente pelo voto da maioria de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público". Determinado juiz de direito, após ler esse preceito, que somente faz menção a tribunais, e constatar que nenhum comando expresso na Constituição o autorizava a realizar o controle de constitucionalidade, negou requerimento formulado pelo Ministério Público em sede de ação civil pública. No caso concreto, o Ministério Público pretendia que o juiz de direito deixasse de aplicar uma norma que considerava inconstitucional, o que teria influência direta na resolução do problema concreto. À luz da sistemática constitucional, o controle de constitucionalidade pretendido pelo Ministério Público é considerado:

- a) difuso, podendo ser realizado pelo juiz de direito;
- b) concentrado, somente podendo ser realizado por tribunal;
- c) abstrato, podendo ser realizado pelo juiz de direito;
- d) difundido, somente podendo ser realizado por tribunal;
- e) concreto, somente podendo ser realizado por tribunal.

08 Q632203 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de São Paulo - SP Prova: Analista

Segundo o que dispõe a Constituição Federal, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual

- a) poderá ser ajuizada por qualquer cidadão para anular ato que atente contra a moralidade administrativa.
- b) poderá ser ajuizada, dentre outras pessoas e órgãos, pelo Advogado-Geral da União
- c) será ajuizada, privativamente, pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) produzirá efeito vinculante, após decisão definitiva de mérito, relativamente aos demais órgãos do Judiciário e à administração pública.
- e) será processada e julgada, originariamente, perante o Superior Tribunal de Justiça.

09 Q628720 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: TRT 2R (SP) Órgão: TRT - 2ª REGIÃO (SP) Prova: Juiz do trabalho

Levando em conta o controle de constitucionalidade, é INCORRETO afirmar que:

- a) No Brasil, o parâmetro para o controle da constitucionalidade abrange as normas constitucionais originárias, as emendas de revisão e constitucionais, as normas do texto constitucional transitório, os tratados internacionais de direitos humanos aprovados com quórum qualificado.
- b) Emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas; medidas provisórias, decretos legislativos, resoluções expedidas pelo poder legislativo, os tratados internacionais aprovados e os decretos autônomos expedidos pelo Presidente da República, as deliberações dos órgãos judiciários, as deliberações dos Tribunais Regionais do Trabalho, os regulamentos ou decretos regulamentares expedidos pelo Presidente da República são susceptíveis de controle de constitucionalidade.
- c) A nomodinâmica é a inconstitucionalidade formal que se verifica quando a lei ou ato normativo infraconstitucional conter um vício em sua "forma".
- d) O poder Judiciário realiza tanto o controle repressivo quanto o controle preventivo da constitucionalidade.
- e) O controle difuso funciona quando a qualquer juiz é dado apreciar alegação de inconstitucionalidade. É a chamada via de exceção ou defesa.

10 Q643048 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: VUNESP Órgão: Câmara de Marília - SP Prova: Procurador Jurídico

Assinale a alternativa correta no que concerne à ação direta de inconstitucionalidade.

- a) Proposta a ação direta, o autor poderá desistir da mesma até a determinação de intimação dos órgãos ou autoridades que produziram a lei ou o ato normativo impugnado para prestar informações.
- b) É possível intervenção de terceiros em processo de ação direta de inconstitucionalidade.
- c) No julgamento do pedido de medida cautelar, não é possível sustentação oral pelos representantes legais do requerente ou das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato normativo impugnado.
- d) Não é possível ao Tribunal deferir medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.
- e) A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal entender que deva conceder-lhe eficácia retroativa.

11 Q622472 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: CESPE Órgão: TRT - 8ª Região (PA e AP) Prova: Analista Judiciário

Com base no disposto na CF, assinale a opção correta a respeito de controle de constitucionalidade.

- a) A sanção presidencial a projeto de lei não supre vícios de iniciativa, padecendo de vício formal a lei sancionada, a ser declarado por meio de ação judicial própria.
- b) Na apreciação do controle de constitucionalidade em grau de recurso, os autos devem ser remetidos ao relator da Câmara Julgadora do Tribunal, que poderá monocraticamente declarar a inconstitucionalidade da lei.
- c) Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade em controle de constitucionalidade difuso no âmbito do tribunal de justiça são *erga omnes* e *ex nunc*, como o são os efeitos de declaração de inconstitucionalidade de lei em controle difuso no âmbito do STF.
- d) Entre os legitimados universais para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade inclui-se o governador de estado, e entre os legitimados especiais inclui-se o presidente da República.
- e) É possível o controle abstrato de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da lei orgânica municipal.

12 Q621726 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: CESPE Órgão: TRT - 8ª Região (PA e AP) Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária

Com base no disposto na CF, assinale a opção correta a respeito de controle de constitucionalidade.

- a) Entre os legitimados universais para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade inclui-se o governador de estado, e entre os legitimados especiais inclui-se o presidente da República.
- b) É possível o controle abstrato de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais em face da lei orgânica municipal.
- c) A sanção presidencial a projeto de lei não supre vícios de iniciativa, padecendo de vício formal a lei sancionada, a ser declarado por meio de ação judicial própria.
- d) Na apreciação do controle de constitucionalidade em grau de recurso, os autos devem ser remetidos ao relator da Câmara Julgadora do Tribunal, que poderá monocraticamente declarar a inconstitucionalidade da lei.
- e) Os efeitos da declaração de inconstitucionalidade em controle de constitucionalidade difuso no âmbito do tribunal de justiça são *erga omnes* e *ex nunc*, como o são os efeitos de declaração de inconstitucionalidade de lei em controle difuso no âmbito do STF.

13 Q618913 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: IESES Órgão: BAHIA GÁS Prova: Analista de Processos Organizacionais - Direito

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) inserida no âmbito do controle abstrato de normas, tem como objetivo defender a ordem jurídica através da apreciação, na esfera federal, da constitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo federal ou estadual, ante as regras e princípios da Constituição Federal, desde que editados posteriormente à sua promulgação. Levando-se em conta sua tipicidade, assinale a afirmativa **INCORRETA**

- a) O escopo da ADIN é o exame da validade da lei em si ou do ato normativo impugnado, por isso a inconstitucionalidade é declarada em tese.
- b) O controle concentrado de constitucionalidade das leis ou atos normativos municipais em face da Carta Constitucional resta admissível, via ADIN.
- c) A decisão que declara a inconstitucionalidade de uma lei tem eficácia genérica, válida contra todos e obrigatória. Gera efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal ocorrendo, ainda, ainda efeitos retroativos, ou seja, quando a lei é declarada inconstitucional, perde o efeito desde o início de sua vigência.
- d) A decisão sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da lei somente será tomada se estiverem presentes na sessão de julgamento pelo menos oito ministros.
- e) A Ação Direta de Inconstitucionalidade tem sua fundamentação na Constituição Federal, artigo 102, I, a, Lei 9868/99, Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, artigos 169 a 178.

14 Q620633 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: CESPE Órgão: TJ-AM Prova: Juiz de direito

À luz da jurisprudência do STF, assinale a opção correta acerca da supremacia da CF e dos diferentes tipos de inconstitucionalidade.

- a) Se o Estado deixar de adotar as medidas necessárias à realização concreta dos preceitos da CF, ou seja, a torná-los efetivos, operantes e exequíveis, abstendo-se, em consequência, de cumprir o dever de prestação que a CF lhe impôs, incidirá em violação negativa do texto constitucional. Desse *non facere* ou *non praestare*, resultará a inconstitucionalidade por omissão, que pode ser total ou parcial.
- b) Lei estadual que regule a comercialização de artigos de conveniência e prestação de serviços de utilidade pública em farmácias e drogarias do estado, editada no exercício de competência suplementar dos estados para legislar sobre a matéria, embora formalmente constitucional, incidirá em inconstitucionalidade material, embora observado o princípio da proporcionalidade.
- c) Lei estadual que imponha proibição ao Poder Executivo estadual de iniciar, renovar ou manter, em regime de exclusividade, em qualquer instituição bancária privada, as disponibilidades de caixa estaduais, com clara intenção de revogar o regime anterior e desconstituir todos os atos e contratos firmados com base em suas normas, violará o princípio da separação dos poderes e da segurança jurídica, padecendo de inconstitucionalidade formal.
- d) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público. Por isso, não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- e) Lei estadual de iniciativa parlamentar que disponha sobre entidades municipais legitimadas a integrar órgão da administração pública estadual ou firmar convênios com o estado-membro, usurpando competência legislativa exclusiva do chefe do Poder Executivo, incidirá em inconstitucionalidade material, mas não formal.

15 Q613502 Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade

Ano: 2016 Banca: FCC Órgão: TRT - 23ª REGIÃO (MT) Prova: Analista Judiciário - Área Administrativa

A ideia segundo a qual todos os juízes de qualquer posição hierárquica estão em condições de revisar os atos dos demais órgãos constitucionais, para verificar se estão ajustados ao preceituado pela lei fundamental,

- a) trata de violação do princípio da separação de poderes e consequente impossibilidade material de validade de tal decisão assim emitida.
- b) expressa a forma de controle difuso de constitucionalidade, aceita em nosso sistema constitucional.
- c) corresponde à manifestação de técnica judicial denominada de "jurisprudência dos valores" e apenas é correta em relação ao Supremo Tribunal Federal.
- d) está limitada aos juízes dos Tribunais Superiores em julgamento específico de ação constitucional típica.
- e) acha-se condicionada às hipóteses em que não houve prévio controle político de constitucionalidade pelo órgão de origem da norma ou ato.

16 Q611491 **Direito Constitucional ► Controle de Constitucionalidade**

Ano: 2016 Banca: CAIP-IMES Órgão: Câmara Municipal de Atibaia - SP Prova: Advogado

Uma norma infraconstitucional pode padecer de vício de inconstitucionalidade. Nessa linha de raciocínio podemos asseverar a possibilidade de:

I- inconstitucionalidade por ação (positiva) que retrata a incompatibilidade vertical dos atos inferiores praticados pelo Poder Público com o texto da Constituição.

II- inconstitucionalidade por omissão, hipótese em que ocorre, indevidamente, o "silêncio legislativo".

III- inconstitucionalidade formal, decorrente da inobservância do processo legislativo.

IV- inconstitucionalidade formal propriamente dita pode ser um vício formal, objetivo afetando o procedimento legislativo na fase da iniciativa ao descumprir as reservas legais definidas sobre a competência exclusiva e, subjetiva que recai sobre as demais fases do processo legislativo após a fase de iniciativa.

É correto o que se afirma apenas em:

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) II e III.
- d) II, III e IV.

17 Q607005 **Direito Constitucional ► Ordem Econômica e Financeira**

Ano: 2016 Banca: CESPE Órgão: TRE-PI Prova: Analista Judiciário

A respeito do controle de constitucionalidade, das finanças públicas e da ordem econômica financeira, assinale a opção correta.

- a) De acordo com a CF, a realização de licitação para a prestação de serviços públicos é obrigatória sob o regime de concessão, mas dispensável no caso de permissão.
- b) Em razão da sua natureza meramente administrativa, o TCU não poderá exercer o controle de constitucionalidade incidental de uma lei ou de atos do poder público quando do julgamento de seus processos.
- c) A decisão em sede de ADI, apesar de sua eficácia contra todos e de seu efeito vinculante, não atinge o Poder Legislativo em sua função típica.
- d) Lei Orgânica municipal que receba emenda com previsão para obrigação vedada expressamente pela CF, em razão da pertinência temática, poderá ser objeto de ADI perante o STF.
- e) Ainda que tenha vedado a possibilidade de abertura de crédito extraordinário por medida provisória para atender despesas imprevisíveis e urgentes, a CF previu a possibilidade de tramitação legislativa em regime de urgência.

18 Q620410 **Direito Constitucional** ► **Controle de Constitucionalidade**

Ano: 2016 Banca: IESES Órgão: TJ-PAProva: Titular de Serviços de
Notas e de Registros

Por controle de constitucionalidade, significa dizer que há uma verificação da compatibilidade entre as leis e os atos normativos com a Constituição Federal, tanto do ponto de vista formal, quanto do material. Sobre as formas de controle de constitucionalidade brasileira, assinale a opção **INCORRETA**:

- a) Controle Repressivo, utilizado quando a lei já está em vigor, havendo um erro do lado preventivo, pode se desfazer essa lei que escapou dos trâmites legais e passou a ser uma lei inconstitucional.
- b) Controle Preventivo tem por finalidade impedir que um projeto de lei inconstitucional venha a ser uma lei.
- c) Controle Político, ato de bem governar em prol do interesse público.
- d) Controle Jurisdicional, exercido por um órgão do Poder Judiciário, Executivo ou Legislativo.

19 Q484382 **Direito Constitucional** ► **Controle de Constitucionalidade**

Ano: 2015 Banca: PUC-PR Órgão: PGE-PRProva: Procurador do Estado

Sobre o controle concentrado de constitucionalidade no modelo constitucional pátrio vigente, aponte a afirmação **CORRETA**.

- a) O ordenamento brasileiro, embora não tenha sido expresso em tal sentido, inequivocamente estendeu ao legislador efeitos vinculantes da decisão de inconstitucionalidade.
- b) A nulidade decorrente do vício da inconstitucionalidade está intrinsecamente vinculada à determinação dos efeitos *ex nunc* no seu reconhecimento. Em que pese ser essa a doutrina de filiação do direito pátrio, há sua mitigação tendo em vista valores constitucionais incidentes no caso concreto.
- c) O *amicus curia* é figura processual peculiar e exclusiva do controle concentrado de constitucionalidade, servindo para ampliar a participação democrática nos processos de controle concentrado cujo rol de legitimados restrito.
- d) As declarações de constitucionalidade ou inconstitucionalidade proferidas pelo Supremo Tribunal Federal têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.
- e) A concessão de medida cautelar, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, não torna aplicável a legislação anterior acaso existente, por vedação da repristinação.

20 Q477634 **Direito Constitucional** ► **Controle de Constitucionalidade**

Ano: 2015 Banca: VUNESP Órgão: Prefeitura de Caieiras - SPProva: Procurador

A pertinência temática para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é exigida, por exemplo, para

- a) Governador de Estado, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e confederação sindical.
- b) Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito Municipal.
- c) Mesa de Assembléia Legislativa, confederação sindical e entidade de classe de âmbito nacional
- d) Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados e Mesa de Assembléia Legislativa
- e) Presidente da República, Procurador-Geral da República e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Respostas 01: e 02: c 03: d 04: c 05: a 06: a 07: a 08: d 09: b 10: e 11: a 12: c 13: b 14: a
15: b 16: a 17: c 18: d 19: d 20: c

